



Relação entre Transparência Orçamentária e Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de Vida

AURIMAR ANDRADE DIAS

Universidade de Brasília - UnB

MARCELO DRIEMEYER WILBERT

Universidade de Brasília - UnB

Resumo

A Transparência Orçamentária é um aspecto que compõe a qualidade orçamentária, avaliada por diversas instituições e possui um ranking de países divulgado pelo International Budget Partnership (IBP). Há a hipótese de que a Transparência Orçamentária possa colaborar para minimizar o problema da escolha pública coletiva, evidenciado pela Teoria da Escolha Pública, e promover o bem-estar social. O objetivo estabelecido para o estudo é o de analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de Situação Fiscal (Resultado Primário e Dívida Bruta), Situação Econômica (PIB *per capita* e Inflação) e de Qualidade de Vida (IDH). Coletaram-se dados sobre a Transparência Orçamentária, Situação Fiscal, Situação Econômica e Qualidade de Vida dos países, abrangendo o período de 2012 a 2019 e 99 países, que foram analisados por meio de coeficiente de correlação e análise de regressão. Os resultados encontrados corroboram para a existência de relação entre a Transparência Orçamentária e Situação Fiscal, Situação Econômica e Qualidade de Vida da população nos países analisados. Dos indicadores utilizados verificou-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi o indicador que apresentou relação mais evidente com a Transparência Orçamentária. O estudo contribui para o entendimento da importância da Transparência Orçamentária e para a verificação de sua influência sobre a Situação Fiscal, Situação Econômica e Qualidade de Vida da população de cada país.

Palavras-chave: Transparência Orçamentária; Resultado Primário; Dívida Bruta; PIB; Inflação; IDH.



1. INTRODUÇÃO

A Teoria da Escolha Pública (TEP) chama a atenção para o problema da coordenação das preferências de uma coletividade no processo de escolha pública, em contraposição à escolha privada e individual (Stiglitz, 2000). Além disso, a TEP parte do pressuposto que a sociedade elege um indivíduo para representá-la e, assim, tomar decisões coletivas que possam refletir o desejo do grupo, porém, o representante eleito tende a tomar decisões com base nas informações que possui e os seus próprios desejos (Buchanan & Tullock, 1958).

O Estado tem o papel de agir nas falhas de mercado e promover o bem-estar social (Giambiagi & Além, 2016). No caso específico do Brasil, a Constituição Federal indica no seu artigo 3º que promover o bem-estar de todos é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). E é o Estado, por meio da gestão pública, que executa o processo da escolha pública, escolhendo no que gastar, quanto gastar, de quem cobrar recursos, para quem transferir recursos e assim por diante.

A evidenciação das escolhas públicas de gastos e receitas acontece no orçamento público. Então, os governos visam planejar a utilização dos recursos públicos com o intuito de atender as demandas da sociedade. A utilização do Orçamento Público como ferramenta, auxilia também para acompanhar e fiscalizar as ações de governo, verificar o planejamento e os fundamentos dos objetivos determinados no orçamento (Crepaldi & Crepaldi, 2013; Bittencourt, 2015; Boechat, 2018).

Para auxiliar na resolução do problema da escolha pública, entende-se no presente trabalho que o processo orçamentário deve ser capaz de evidenciar as necessidades prioritárias da sociedade a fim de que alcance o maior bem-estar social com os recursos disponíveis.

A qualidade do Orçamento Público é considerada por instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), International Budget Partnership (IBP) e o Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA) que, com metodologias próprias, fazem análises das instituições orçamentárias nacionais, das regras fiscais, dos gastos de médio prazo, da flexibilidade orçamentária, do orçamento complementar, da Transparência Orçamentária e da participação pública (OCDE, 2020; FMI, 2018; IBP, 2019; PEFA, 2019).

A definição do que é um Orçamento Público de qualidade e a sua mensuração não é algo consensual entre as instituições citadas. Além disso, parte das avaliações da qualidade orçamentária realizadas por essas instituições têm um grande componente subjetivo e não ocorre de maneira ampla para todos os países. Contudo, observa-se que a questão da Transparência Orçamentária e participação popular são consideradas por todas as instituições citadas. E especificamente para o IBP, ocorrem avaliações periódicas e com a produção de um *ranking* da Transparência Orçamentária e da participação popular para um grupo grande de países (IBP, 2019).

O bem-estar de uma sociedade abrange questões amplas e é difícil de ser medido e, com esse intuito, a utilização de indicadores de situação fiscal, de situação econômica e de qualidade de vida podem auxiliar nessa medição. De acordo com Wolf e Oliveira (2016), o bem-estar social assume uma das várias formas relacionadas ao sistema de proteção social, onde o Estado possui a responsabilidade de atendimento das necessidades fundamentais de cada indivíduo em comparação às outras formas de provisão, como por exemplo, o mercado e a família.

Para Wolf e Oliveira (2016), o bem-estar social possui a capacidade de interferência nos processos geradores e distributivos da riqueza. Neste sentido, Louzano, Abrantes, Ferreira e Zuccolotto (2019) verificaram em seu estudo que a gestão fiscal pode influenciar no



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

desenvolvimento socioeconômico dos governos e, em consequência, no bem-estar da população.

Na revisão de estudos aplicados, observou-se que outros trabalhos também fazem estudo da relação da Transparência Orçamentária com indicadores utilizados neste estudo, indicadores fiscais como Resultado Primário e Dívida, indicadores econômicos como PIB *per capita* e Inflação e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Assim, surge o questionamento: existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida? E, para responder à questão proposta para o estudo, aponta-se como objetivo geral de pesquisa analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de se avaliar a existência ou não da Transparência Orçamentária com a situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida dos países. Tal avaliação considera indicadores de situação fiscal (Resultado Primário e Dívida Bruta), situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e qualidade de vida (IDH) visando a análise do bem-estar social.

Além disso, a presente pesquisa apresenta uma atualização de trabalhos já publicados, contribuindo com uma análise que inclui dados mais recentes. E, o presente trabalho faz a análise da relação com a Transparência Orçamentária com um conjunto mais amplo de variáveis, diferenciando-se dos trabalhos pesquisados. Conforme verificado em estudos anteriores, espera-se que quanto maior for a Transparência Orçamentária há a possibilidade maior da sociedade entender e participar do processo de escolha das prioridades de despesa, por exemplo, no orçamento. Tal fato poderia auxiliar no processo de escolha pública, levando à priorização do que é mais relevante para a sociedade e à maior eficiência no uso dos recursos.

A Transparência Orçamentária permite que a sociedade e outras partes interessadas verifiquem a efetiva aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, os resultados esperados desta aplicação (FMI, n.d.). Neste sentido, aponta-se a relevância socioeconômica desta pesquisa.

Visando ao atendimento das necessidades deste estudo, para Transparência Orçamentária foi utilizada a avaliação e pontuação no Índice de Orçamento Aberto (IOA) fornecida pelo IBP, uma vez que as avaliações são realizadas com certa regularidade. Em relação à verificação da relação entre Transparência Orçamentária, situação fiscal, situação econômica e qualidade de vida, as avaliações ocorreram de acordo com a disponibilização dos dados junto às organizações que divulgam as informações necessárias para tal finalidade, neste caso FMI e a Organização das Nações Unidas (ONU).

A limitação do período para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019 se deve ao fato de que a maioria dos países (50,77%) com dados disponíveis sobre a situação fiscal e qualidade de vida só começaram a ser avaliados pelo IBP a partir de 2012.

Esta pesquisa encontra-se estruturada da seguinte maneira: neste capítulo fez-se uma breve introdução sobre o assunto a ser abordado e explorado durante a pesquisa a que se propõe, apresentando a questão de pesquisa que pretende-se responder através dos dados que serão coletados, os objetivos a serem atingidos, a justificativa e a delimitação da pesquisa; no Capítulo 2 é apresentado o referencial teórico que dá suporte ao que se propõe a pesquisa; no Capítulo 3 são apresentados os procedimentos metodológicos; os resultados são apresentados no Capítulo 4 e, por fim, as considerações finais no Capítulo 5.



2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teoria da Escolha Pública

A Teoria da Escolha Pública (TEP), conforme apontado por Arvate (2004), estuda os processos de decisão utilizando-se de conceitos que determinam o *homo economicus* como o comportamento racional e o auto interesse. A escolha pública está ligada à tomada de decisões que afetarão a coletividade no que se refere aos bens públicos, porém, mesmo envolvendo grupos, as decisões acabam sendo tomadas com base nas decisões individuais.

Para Arvate (2004) e Butler (2012), a origem da TEP acontece no século XVIII, porém, consideram que o trabalho dos economistas James Buchanan e Gordon Tullock, século XX, intitulado *The Calculus of Consent*, deu origem à TEP. Além desses autores, são considerados co-fundadores da TEP o cientista político Anthony Downs e os economistas Kenneth Arrow, Mancur Olson e William Riker. Contudo o trabalho de Joseph Schumpeter, é considerado um precursor da análise política da TEP.

A TEP, como mencionado anteriormente, tem seu marco histórico nos estudos de Buchanan e Tullock (1958) nos quais é possível verificar que esta teoria considera que o indivíduo que toma uma decisão e/ou faz uma escolha sempre tenderá a escolher o melhor para si, mesmo que esteja decidindo em nome da coletividade. Neste sentido, infere-se que mesmo que o indivíduo faça análises das opções disponíveis e acredite estar decidindo o melhor para grupo, tomará suas decisões com base em suas crenças e julgamentos que faz a respeito da situação, visando sempre as que melhor lhe favoreçam.

Alguns teóricos políticos modernos discutiram o processo de escolha coletiva com base na suposição de que o indivíduo tenta maximizar seu poder sobre os outros indivíduos. Em pelo menos um caso específico, o indivíduo que busca maximizar o poder no processo coletivo foi explicitamente comparado ao indivíduo que busca maximizar a utilidade em sua atividade de mercado (Buchanan & Tullock, 1958).

De acordo com Buchanan e Tullock (1958), as escolhas não devem ser direcionadas apenas para a realização de algum objetivo ou meta; os tomadores de decisão também devem ser capazes de escolher medidas que assegurem o cumprimento da meta. Mais importante ainda, sob certas regras de tomada de decisão, escolhas contrárias ao próprio interesse do indivíduo podem ser feitas para o grupo (Buchanan & Tullock, 1958).

Alguns dos problemas decorrentes da escolha pública que afetam o processo orçamentário envolvem a realização de projetos, alocação e destinação de recursos orçamentários. Stiglitz (2000) aponta como problemas centrais da escolha pública a revelação de preferência de cada indivíduo e a preferência de associação.

Neste sentido, Stiglitz (2000) aponta que é observado o nível desejado de bens públicos de cada indivíduo (preferências individuais) e verifica-se que indivíduos distintos têm diferentes níveis de preferência dos gastos públicos. O nível preferencial vai depender da renda do indivíduo junto com o sistema tributário quando o custo for igual para todos, pois, quando o governo gasta mais com os bens públicos as pessoas ricas precisam pagar uma parte maior relativa aos custos (Stiglitz, 2000).

A exemplo da aplicação prática da TEP pode-se analisar o processo eleitoral, onde, com base no eleitor mediano, os candidatos visam atingir a um determinado público com as suas promessas de campanha e, assim, angariar a quantidade de votos necessários que o tornem eleito. Durante o mandato, o cumprimento das promessas de campanha ou realização de novas promessas deve visar o fornecimento do bem-comum à coletividade, pois, como apontam Buchanan e Tullock (1958), os participantes individuais na escolha coletiva agem de forma a promover o bem comum em vez de seus próprios interesses.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Quirino (2018) aponta como uma das premissas fundamentais da TEP o fato de se questionar a racionalidade do agente público e a existência de influenciadores no momento da decisão. A autora ainda traz que o ponto de partida desta teoria encontra-se no fato de que os aspectos influenciadores não têm importância se a decisão está ocorrendo no ambiente público ou privado, pois, independentemente do ambiente da tomada de decisão, os indivíduos sempre estarão propensos aos seus próprios interesses.

2.2. Orçamento Público

Sobre orçamento, Padoveze e Francischetti (2018) entendem que fazer orçamento significa processar informações e dados presentes junto com as informações futuras levando em conta as modificações consideradas para o período. Sendo assim, acaba sendo repetições das informações atuais com dados previstos.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2013) e Bittencourt (2015), o Orçamento Público é utilizado como ferramenta onde são registradas as receitas e despesas governamentais em um período e, nestes registros, são discriminadas a receita e a despesa. Crepaldi e Crepaldi (2013) afirmam, ainda, que o Orçamento Público é um instrumento governamental para planejamento das ações. Tratando-se de planejamento público, Matias-Pereira (2017) afirmam que este planejamento necessita ser entendido como um processo ininterrupto que admite e promove a negociação entre o Governo e a sociedade, para o exercício da cidadania e da democracia.

Os autores Crepaldi e Crepaldi (2013) apresentam uma visão negativa sobre a necessidade da realização de planejamento apresentada por Matias-Pereira (2017), uma vez que o orçamento não reflete as reais necessidades sociais e seus dados são voltados para coisas irreais, mesmo sendo utilizado para o planejamento. No entanto, para este estudo, usou-se a definição de Orçamento Público adotada por Matias-Pereira (2017), pois a ideia é analisar os impactos que o orçamento apresenta sobre a situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida nos países.

Para Matias-Pereira (2017), o Orçamento Público é utilizado como uma técnica que permite a reavaliação periódica dos objetivos do governo, além de permitir a comparação das funções e programas entre si e seus custos, facilitando a avaliação do governo e de seu custo em relação ao setor privado. Para o autor, é a fonte primordial de informação e de controle democrático do Estado, ressalta ainda que não há planejamento que possa substituir o controle democrático.

Arvate (2004) apresenta o orçamento como uma peça fundamental ao poder público, pois, é através do orçamento que o governo define prioridades e a melhor forma de aplicar os recursos recolhidos junto à sociedade. Conforme Boechat (2018), o Orçamento Público é verificado como ferramenta de controle da atividade executiva e, também, permite a intervenção econômica que está diretamente relacionada ao desenvolvimento do estado.

Sendo assim, entendendo que o Orçamento Público permite a negociação entre governo e sociedade, cabe apresentar o *lobby* pois, de acordo com Santos e Rocha (2011), o *lobby* é uma estratégia de utilização das informações por grupos e políticos. A utilização de informações relevantes serve como moeda de troca e apoio mútuo para esses grupos interessados (Santos & Rocha, 2011).

Blyberg (2009) afirma a existência de *lobby* sobre os ministérios e o parlamento exercido por organizações orçamentárias que tentam influenciar a elaboração e a execução do Orçamento Público Federal. A autora afirma que tais organizações se utilizam de suas habilidades e conhecimentos para tal fim, visando a maximização dessa influência orçamentária.



2.3. Avaliação do Orçamento Público

A discussão sobre qualidade do Orçamento Público exige a definição do que seria um Orçamento Público de qualidade. Uma definição ampla para um Orçamento Público de qualidade é de que ele atenda às necessidades prioritárias da sociedade e encaminhe ações e despesas de modo a produzir o mais elevado bem-estar possível dadas as disponibilidades de recursos. Mas esta avaliação exige que se conheça as necessidades prioritárias da sociedade bem como a melhor combinação de ações e despesas.

Os critérios elaborados por instituições que fazem avaliação orçamentária dos países (OCDE, FMI, IBP e PEFA) podem servir como referências e embasamentos para esta pesquisa. Para analisar a metodologia de avaliação de cada instituição, faz-se necessário apresentar a definição de Transparência Orçamentária e Transparência Fiscal uma vez que em cada avaliação é utilizada apenas uma dessas expressões.

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI, n.d.) a Transparência Fiscal tem como características a abrangência, clareza, confiabilidade, oportunidade e relevância dos relatórios públicos que envolvem eventos passados, demonstrem o presente e permitam projeções futuras das finanças públicas, também fornece informações aos cidadãos, mercados e outras partes interessadas para que fiscalizem o desempenho fiscal e uso dos recursos públicos pelo governo. (FMI, n.d.). O FMI apresenta ainda que a Transparência Fiscal auxilia no fortalecimento da credibilidade da política fiscal do país, fortalecendo a confiança do mercado (FMI, 2018).

Para Premchand (1993), a Transparência Orçamentária refere-se à disponibilidade da informação ao público sobre as transações governamentais e sobre o processo de tomada de decisão. Dessa forma, a transparência é vista como a divulgação de informações que podem auxiliar na tomada de decisão da sociedade em relação aos governos.

Cabe aqui falar sobre política fiscal que, de acordo com o FMI (2020), a política fiscal é o uso de gastos governamentais e de tributação para influenciar a economia que, usualmente, tem o objetivo de promover o crescimento sustentável e a redução da pobreza. Além dos gastos e das receitas, a política fiscal envolve o planejamento destes e o estudo das motivações e impactos das escolhas de política fiscal. O Orçamento Público é a tradução da política fiscal em escolhas de despesas e receitas para o exercício de um ano, refletindo as análises econômicas das motivações, impactos, planejamento e influenciadas também pelas relações políticas (Tourinho & Brum, 2020).

Assim, entende-se que Transparência Fiscal abrange não só a transparência das despesas e receitas para um dado exercício orçamentário, mas a transparência do processo decisório das escolhas envolvendo as despesas e receitas. Da forma como a Transparência Orçamentária é avaliada pelo IBP, entende-se que o conceito de Transparência Orçamentária adotado por esta instituição é focado no documento orçamentário e no acesso a ele.

Por outro lado, observa-se na literatura a ocorrência dos termos Transparência Fiscal e Transparência Orçamentária como sinônimos, por exemplo, em seu estudo, Alt e Lassem (2006) utilizam estas expressões como sinônimos. Sendo assim, o presente estudo considera as duas expressões para avaliação dos estudos analisados.

2.3.1. Discussão das abordagens de avaliação do Orçamento Público

Para fins de realização desta pesquisa considerou-se processos de avaliação orçamentária realizados por instituições reconhecidas internacionalmente e, portanto, podem servir de referência para os resultados aqui apresentados. Nesta seção, buscou-se comparar as

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

metodologias de avaliação utilizadas por essas instituições a fim de verificar se há, portanto, a possibilidade de comparação entre elas ou se elas se complementam.

As instituições mencionadas, fazem avaliações de qualidade orçamentária, transparência fiscal, qualidade de vida, situação fiscal, entre outras. E, por isso, o objetivo é compará-las e verificar se os resultados apresentados por cada uma têm alguma correlação com os resultados apresentados pelas outras.

A fim de permitir tal comparação, elaborou-se a Tabela 1 onde pode-se verificar as metodologias resumidas e as suas comparações. É possível, também, verificar as características existentes nas avaliações de cada instituição.

Tabela 1
Comparação de Metodologias

Aspecto Orçamentário	OCDE	FMI	PEFA	IBP
Análise Institucional	•	⊖	•	⊖
Regras Fiscais	•	•	•	⊖
Gastos de Médio Prazo	•	•	•	⊖
Flexibilidade Orçamentária	•	⊖	⊖	⊖
Orçamento Complementar	•	•	•	⊖
Vinculação Orçamentária	•	⊖	⊖	⊖
Transparência Orçamentária	•	•	•	•
Participação Pública	•	•	•	•

Legendas

- Aspecto analisado
- ⊖ Aspecto não analisado

Fonte: Elaboração própria

Ao observar a Tabela 1, verifica-se que a análise realizada pela OCDE mostra-se mais abrangente e completa, uma vez que considera um maior número de aspectos relacionados à avaliação do Orçamento Público. Tal comparação também permite concluir que aspectos como a Transparência Orçamentária e a Participação Pública são avaliadas por todas as instituições que fazem avaliações a respeito do orçamento.

Conforme FMI (2018), International Budget Partnership (IBP, 2019), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020) e Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA, 2021), a Transparência Orçamentária é fundamental para que aumente a confiança entre governo e cidadãos, uma vez que a divulgação dos dados orçamentários permite analisar como os recursos públicos estão sendo gastos e investidos. E tratando-se da participação pública, este é um meio de mobilizar a sociedade para que, possivelmente, haja alinhamento do orçamento com as prioridades políticas e sociais (FMI, 2018; IBP, 2019; OCDE, 2020).

De acordo com Arvate (2004), a TEP traz que o indivíduo escolhido pelo grupo para o representar é responsável por tomar decisões levando em consideração as vontades, desejos e necessidades do grupo que o elegeu. Sendo assim, ressalta-se a importância da avaliação da participação pública por todas as instituições analisadas neste estudo. Porém, este indivíduo toma decisões com base nas suas próprias crenças e desejos e, uma vez que a escolha pública



afeta a coletividade no que se refere aos bens públicos (Arvate, 2004), torna-se viável avaliar a aplicação dos recursos públicos através dos dados disponibilizados pela Transparência Orçamentária.

Observando o fato de todas as entidades avaliarem o aspecto da Transparência Orçamentária, este estudo analisará a Transparência Orçamentária através da pontuação fornecida pelo IBP devido à regularidade da publicação e pela disponibilização dos resultados através de *ranking* dos países avaliados. Os estudos apresentados ao longo desta pesquisa relacionam, separadamente, o aspecto da Transparência Orçamentária com indicadores fiscais, econômicos e de qualidade de vida, portanto este estudo apresenta todos os indicadores abrangendo um número maior de países.

Para Abraham (2015), no Brasil a Transparência Fiscal tem se destacado considerando a aplicação da LRF, principalmente na divulgação para acesso público onde todo e qualquer cidadão possa observar as informações atualizadas a respeito do orçamento executado e fiscalizar as aplicações dos recursos públicos.

2.4. Indicadores da Situação Fiscal e Econômica

A situação fiscal e econômica de um país pode ser resumida por indicadores agregados como Resultado Primário, Dívida Bruta, PIB *per Capita* e Inflação.

De acordo com o Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional de 2016, o resultado primário de um país refere-se ao resultado nominal obtido desconsiderando-se os juros nominais que incidem sobre a dívida líquida. (Secretaria do Tesouro Nacional [STN], 2016). O Banco Central do Brasil (2019) define a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como o montante das dívidas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais perante os setores privado e público financeiro mundial. Inclui-se também as operações realizadas com títulos públicos pelo Bacen, pois apresentam a relação da dívida do Tesouro Nacional; porém, não são incluídos os débitos das empresas estatais das três esferas do governo.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, n.d.), há um conjunto de indicadores econômicos que auxiliam na mensuração da situação econômica do país. E, para este estudo serão utilizados os indicadores de PIB *per capita* e Inflação por estarem em consonância com os estudos analisados e a possível relação entre a Transparência Orçamentária e os dois indicadores econômicos utilizados.

2.5. Indicadores de Qualidade de Vida

O termo qualidade de vida é amplo e subjetivo, pois de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, n.d.) a subjetividade se deve ao fato de que cada indivíduo tem a sua própria percepção dessa qualidade considerando fatores como cultura, sistema de valores, metas, perspectivas, padrões e preocupações.

Para relacionar a percepção de qualidade de vida individual com a Transparência Orçamentária, faz-se menção à Teoria da Escolha Pública uma vez que o indivíduo ou grupo de indivíduos escolhem seu representante com base em suas promessas e propostas para a sociedade como um todo. O representante eleito torna-se responsável pelas decisões que envolvem o grupo, considerando fatores coletivos e bens públicos, mesmo que suas decisões sejam tomadas com base nas informações a que tem acesso e seus próprios interesses (Buchanan & Tullock, 1958; Stiglitz, 2000; Arvate, 2004).



Uma das formas de se avaliar a qualidade de vida nos países é por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido por Mahbub ul Haq e Amartya Sen com o objetivo de ser uma medida geral para o desenvolvimento humano, além do ponto de vista do Produto Interno Bruto (PIB) de um país que considera apenas o aspecto econômico do desenvolvimento. O IDH mede o desenvolvimento de cada país considerando três dimensões: renda, saúde e educação (ONU, n.d.).

Contudo, o IDH não abrange todos os aspectos da qualidade de vida, pois de acordo com o estudo realizado por Bueno (2007) foram analisados alguns estudos que avaliam o IDH a fim de verificar a sua correta aplicação. Após estudos e aplicação de teorias, o autor conclui que existem vários erros e acertos na análise e interpretação dos resultados apresentados pelo índice.

Bueno (2007) ressalta que os erros resultam do uso de dados poucos seguros, extrema dependência do IDH em relação ao PIB (ignorando outros fatores) e a presunção de que o IDH significa desenvolvimento humano. Como acertos, o autor cita o significado que o IDH tem para a formulação de programas, para se refletir acerca das reais condições sociais vividas por uma sociedade e a relação de uma sociedade com outra. Por fim, o estudo sugere que se estabeleça um indicador que possa medir o nível de empregabilidade dos cidadãos ativos economicamente por país.

O estudo de Al-Hilani (2012) aponta o IDH como um dos indicadores mais conhecidos, pois fornece informações a respeito da educação, saúde e outras além da renda. O autor aponta ainda que, apesar das críticas a respeito do IDH e das deficiências que este índice apresenta, o IDH tem fornecido análises de modo confiável pois fornece uma visão concreta a respeito do desenvolvimento humano.

2.6. Estudos Anteriores sobre Transparência Orçamentária e Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de vida

Nesta seção são apresentados estudos anteriores sobre Transparência Orçamentária e Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de vida que auxiliaram na definição das variáveis utilizadas na presente pesquisa e permitiram que a análise dos resultados ocorresse de modo comparativo. Os estudos apresentados fazem análise da relação entre Transparência Orçamentária e os Indicadores de Situação Fiscal, Situação Econômica e de Qualidade de Vida separadamente, ou seja, não foram encontrados estudos que busquem relacionar todos os indicadores utilizados nesta pesquisa.

Alesina et al. (1999), em sua pesquisa analisaram dados de uma amostra de 20 países da América Latina e Caribe no período de 1980 a 1992 relacionando Resultado Fiscal com Déficit Primários / PIB (a razão dos déficits primários do governo central sobre o PIB). Os resultados encontrados permitiram verificar que os procedimentos orçamentários e as instituições orçamentárias exercem influência significativa sobre os resultados fiscais (Alesina et al., 1999).

O estudo de Filc e Scartascini (2004) foi realizado com as mesmas variáveis utilizadas por Alesina et al. (1999) considerando como amostra os países da América Latina e os países desenvolvidos no período de 2000 a 2002. Através dos resultados encontrados inferiu-se que Regras fiscais e os procedimentos orçamentários afetam os resultados fiscais. Países onde os processos orçamentários são limitados por regras fiscais que estabelecem limites tendem a apresentar déficits primários mais baixos (Filc & Scartascini, 2004).

Com o objetivo de investigar os fatores determinantes da Transparência Orçamentária nos estados dos Estados Unidos da América, Alt et al. (2006) analisaram dados dos Estados



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Unidos da América fiscais e econômicos em relação à transparência orçamentária no período de 1972 a 2002. Os autores encontraram resultados que permitiram inferir que a Transparência Orçamentária tem integrado as tentativas de reforma de governança do setor público e as análises sugerem que os resultados da política fiscal influenciam o nível de transparência.

A pesquisa de Dabla-Norris et al. (2010) analisam os dados aplicando indicadores como o PEFA, IBP, ROSC (FMI) e fazem uma crítica aos indicadores do PEFA, pois, para os autores, apresentam uma imagem incompleta devido às complexas dimensões das instituições orçamentárias. A amostra utilizada pelos autores foi composta pelos países de baixa renda identificados na lista do FMI de países elegíveis para a Redução da Pobreza e Crescimento (PRGT) no final de dezembro de 2009. Os autores verificaram que as instituições orçamentárias com maior significância estão relacionadas ao planejamento e implementação orçamentários e voltadas à sustentabilidade, abrangência e Transparência Orçamentária.

O estudo realizado por Violeta (2015) buscou relação entre o IDH e a Transparência Orçamentária para países com avaliação de IDH e pontuação de Transparência Orçamentária junto ao IBP em 2012, totalizando 100 países. A autora verificou que a Transparência Orçamentária e o índice de controle de corrupção afeta positivamente o índice de desenvolvimento humano dos países.

Benito et al. (2016) analisaram fatores que determinaram o custo da dívida, considerando a crise econômica da época de 2008 e 2012. Os achados dos autores indicam que as medidas relacionadas à Transparência Orçamentária afetaram de forma negativa a taxa de juros nos mercados financeiros, ou seja, uma maior transparência impacta em um menor custo da dívida.

Os resultados encontrados por Fomina e Vynnychenko (2017), em seu estudo que analisou 36 países com a mais alta pontuação de Transparência orçamentária no período de 2006 a 2015, permitiu inferir que os principais indicadores orçamentários influenciados pela transparência variam entre os países. Para os autores, o índice de Orçamento Aberto provoca redução da dívida pública e aumenta a parcela da despesa pública.

A pesquisa realizada por Montes e Lima (2018) analisou a relação entre a transparência orçamentária e a Inflação e a expectativa de Inflação de 82 países no período de 2006 a 2014. Os resultados obtidos permitiram aos autores inferir que maior Transparência Fiscal gera expectativas de menor Inflação e menor volatilidade nas expectativas de Inflação.

A análise realizada por McNab e Wilson (2018) para uma amostra de 40 países no período de 2015 permitiu inferir que a cultura nacional influencia a Transparência Orçamentária do país. O estudo realizado por Cimpoeru e Cimpoeru (2015) com o objetivo de verificar a relação entre os índices de Transparência Orçamentária, PIB per capita e controle de corrupção de 59 países avaliados pelo IBP de 2006 a 2012 apresentou resultados que permitiram verificar uma relação causal forte entre a Transparência Orçamentária e o PIB per capita.

Por fim, Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021) analisaram variáveis de Transparência Orçamentária, Inflação, PIB, Investimento, desigualdade, fraude, fragmentação de partidos políticos e IDH para 110 países no período de 2006 a 2015. Os autores verificaram, em seu estudo, que os resultados encontrados indicam que um alto nível de Transparência Orçamentária afetaria o desenvolvimento humano de maneira positiva.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se os dados e métodos utilizados para atingir o objetivo de analisar se existe relação entre a Transparência Orçamentária e os indicadores de situação fiscal

(resultado primário e Dívida Bruta), situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e de qualidade de vida (IDH).

Os dados contemplam informações de 99 países para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019. Esta abrangência de países e a utilização de um conjunto de dados recente representa uma das contribuições do presente trabalho, já que não se encontrou no levantamento bibliográfico realizado estudos com essa abrangência de países ou de período de tempo. Outro aspecto é de que o presente estudo faz uso de variáveis já utilizadas em outros trabalhos, mas que ainda não haviam sido estudadas em conjunto.

3.1. Dados

Tendo em mente a discussão teórica da Teoria da Escolha Pública sobre os desafios da escolha coletiva e o papel do Estado de promover o bem-estar social, adotou-se como conjunto de indicadores do bem-estar social a situação fiscal, a situação econômica e o IDH.

A qualidade da situação fiscal de um país pode ser avaliada pelos indicadores de resultado fiscal e de endividamento. Quanto mais superavitária for a relação entre receitas e despesas e quanto menor foi a dívida pública, maior o espaço fiscal, isto é, maior a capacidade do Estado assumir novas despesas. Representa a capacidade do país executar as suas políticas fiscais no presente e no futuro (Barros Filho, Côrtes & Nogueira, 2020), afetando a oferta de bem-estar para a população no presente e no futuro.

A qualidade de vida é algo amplo e de difícil mensuração, mas pode ser mensurada pelo nível de riqueza da população (PIB *per capita* e Inflação) e pela situação em relação à renda, educação e saúde (IDH). Assim, as variáveis consideradas no presente estudo são: Transparência Orçamentária, resultado fiscal, dívida pública, PIB *per capita*, Inflação e IDH, como identificado na Tabela 2.

Tabela 2
Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Fonte
IOA	Índice de Orçamento Aberto – Transparência Orçamentária	IBP - Open Budget Survey – Data Explorer.
Resultado Primário	Porcentagem do resultado considerando o PIB (Moeda Nacional).	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
Dívida Bruta	Porcentagem da dívida considerando o PIB (Moeda Nacional).	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
PIB <i>per capita</i>	Esta variável considera a paridade do poder de compra com base no dólar internacional de 2017.	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
Inflação	Expresso em porcentagens anuais de preços médios ao consumidor, com variações percentuais.	FMI (2021) - World Economic Outlook Database
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano que considera vários aspectos tais como pobreza, desemprego, mortalidade, educação, entre outros.	ONU - Human Development Index (HDI).

Fonte: Elaboração própria.

Outros estudos avaliaram a questão da Transparência Orçamentária em relação a um conjunto grande de variáveis, como ilustrado na Tabela 3, conforme discutido na seção de revisão de literatura. Constata-se que, entre os estudos analisados, há maior concentração de estudos envolvendo a variável PIB *per capita*. Verifica-se também que os estudos pesquisados analisam outras variáveis presentes neste estudo, porém de forma separada.

A pesquisa teve como fonte de informação a base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização das Nações Unidas (ONU) e International Budget

Partnership (IBP). Junto ao FMI foi possível obter informações por país a respeito do Resultado Primário, Dívida Bruta, PIB *per capita* e Inflação. Com a ONU obteve-se informações a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a pontuação dos países em relação ao Índice de Orçamento Aberto (IOA) foi obtido com IBP.

Tabela 3

Variáveis associadas à Transparência Orçamentária nos estudos pesquisados (Continua)

Variável	Referência
Resultado Primário	Alesina et al. (1999), Filc e Scartascini (2004) e Dabla-Norris et al. (2010)
Dívida Bruta	Alt et al. (2006) e Benito et al. (2016), Alesina et al. (1999), Filc e Scartascini (2004), Dabla-Norris et al. (2010), Alt et al.
PIB <i>per capita</i>	(2006), Benito et al. (2016), McNab e Wilson (2018), Cimpoeru e Cimpoeru (2015) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)
Inflação	Benito et al. (2016), Montes e Lima (2018) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)
IDH	Fomina e Vynnychenko (2017), Violeta (2015) e Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021)

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos analisados.

Considerando a base de dados do FMI, havia um total de 195 (cento e noventa e cinco) países com dados disponíveis. O período escolhido (2012 a 2019) se deve ao fato da realização do IOA começar para o ano de 2006 e a última avaliação ter ocorrido para 2019, porém, como alguns dos países com pontuação no IOA só apresentam dados a partir de 2012, foi considerado o período de 2012 a 2019 com a intenção foi avaliar o maior número de países possível.

Assim, o corte realizado com base na pontuação do IOA (Transparência Orçamentária) para cada país, com o intuito de abranger o maior número de países possível, reduziu a amostra para 99 (noventa e nove) países. Os dados extraídos da Base de Dados do FMI apresentam dados estimados de alguns países para algumas variáveis deste estudo.

3.2. Método

A fim de testar se há relação entre a Transparência Orçamentária (pontuação IBP) com a situação fiscal (resultado primário e Dívida Bruta), com a situação econômica (PIB *per capita* e Inflação) e com a qualidade de vida (IDH) realizou-se o cálculo de correlação linear e análise de regressão.

Com o objetivo de avaliar o comportamento geral da relação entre a Transparência Orçamentária e as demais variáveis, foi feita em um primeiro momento a análise por meio de coeficiente de correlação linear. Em seguida, realizou-se a análise de regressão que consistiu em uma regressão de dados em painel que, de acordo com Gujarati e Porter (2011), são dados combinados em que as várias unidades (países) são estudadas ao longo do tempo.

Foram determinadas algumas hipóteses a serem testadas para verificar se há relação entre a Transparência Orçamentária de um país com a sua situação fiscal, com a sua condição econômica e com a qualidade de vida da população. A hipótese geral é de que quanto maior for a Transparência Orçamentária, melhores serão as condições fiscais, econômicas e de qualidade de vida da população. Assim, os testes econométricos realizados terão como objetivo testar as seguintes hipóteses:

H₁: Existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária (IOA) e o Resultado Primário. Espera-se que quanto maior for o grau de Transparência Orçamentária, maior será o resultado primário apresentado.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

H₂: Existência de relação negativa entre Transparência Orçamentária (IOA) e a Dívida Bruta. Espera-se que quanto maior o grau de Transparência Orçamentária, menor seja a Dívida Bruta de um país.

H₃: Existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária (IOA) e o PIB *per capita*. Espera-se que quanto maior o grau de Transparência Orçamentária, maior seja o PIB *per capita*.

H₄: Existência de relação negativa entre Transparência Orçamentária (IOA) e a Inflação. Espera-se que quanto maior o grau de Transparência Orçamentária, menor seja a inflação.

H₅: Existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária (IOA) e o IDH. Acredita-se que quanto maior o grau de Transparência Orçamentária, maior será o Índice de Desenvolvimento Humano ou qualidade de vida.

A fim de verificar e testar as hipóteses anteriormente relatadas, serão realizados testes econométricos através do *software Gretl*, considerando a Equação 1 de regressão:

$$IOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 Resultado_{it} + \beta_2 Dívida_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \beta_4 Inflação_{it} + \beta_5 IDH_{it} + \mu \quad (1)$$

Onde:

IOA: Pontuação de Transparência Orçamentária atribuída ao país **i** no período **t**;

Resultado: Resultado Primário do país **i** no período **t**;

Dívida: Dívida Bruta do país **i** no período **t**;

PIB: PIB *per capita* do país **i** no período **t**;

Inflação: Inflação do país **i** no período **t**;

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano do país **i** no período **t**;

i: valor atribuído a cada país (1 a 99);

t: período de tempo que abrange os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019;

μ : (termo de erro) – variável aleatória e representa as variáveis não consideradas para o modelo.

Conforme mencionado anteriormente, os dados serão analisados como dados em painel considerando a Equação 1 com o objetivo de analisar os dados coletados e verificar se as hipóteses sugeridas serão ou não rejeitadas. Em um primeiro momento utilizou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), pois para Gujarati e Porter (2011) os estimadores de MQO são não-viesados, possuem variância mínima, são consistentes e apresentam distribuição normal.

Ao aplicar os testes estatísticos utilizando-se o MQO verificou-se a presença de heterocedasticidade, a não adequação da especificação da equação, a presença de autocorrelação, a distribuição não normal dos erros e a multicolinearidade entre variáveis.

A fim de solucionar tais problemas, optou-se por utilizar o método dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), pois, segundo Gujarati e Porter (2011), o problema da heterocedasticidade pode ser resolvido ao aplicar o MQP. A utilização de MQP solucionou, também, o problema de autocorrelação, uma vez que este problema pode ser resolvido através do método dos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) e o MQP ser equivalente ao MQG (Gujarati & Porter, 2011).

O teste de Multicolinearidade e de Fator de Inflação de Variância (FIV), demonstrou multicolinearidade para as variáveis PIB e IDH e, por isso, resolveu-se excluir a variável PIB da análise de regressão, uma vez que esta é considerada no cálculo do IDH (conforme discutido na revisão teórica).

Assim a nova equação de regressão é apresentada na Equação 2:

$$IOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 Resultado_{it} + \beta_2 Dívida_{it} + \beta_3 Inflação_{it} + \beta_4 IDH_{it} + \mu \quad (2)$$

3.3 Limitações da Pesquisa

Uma vez que muitos países não possuem avaliação junto ao IBP quanto à Transparência Orçamentária e que os dados encontrados na Base de Dados do FMI possuem apenas estimativas para alguns países em determinados períodos, verifica-se que o trabalho realizado apresenta uma análise restrita. Além disso, para alguns países, nos últimos anos da série, os dados são estimativas e ainda não estão disponíveis os dados realizados. Sendo assim, para abranger uma amostra maior, espera-se que mais países passem a ser avaliados pelo IBP e que as estimativas disponibilizadas pelo FMI sejam atualizadas com dados reais.

4. RESULTADOS

São apresentados os resultados da relação entre Transparência Fiscal (Índice de Orçamento Aberto - IOA) e os indicadores de situação fiscal (Resultado e Dívida), os indicadores econômicos (PIB e Inflação) e o indicador de qualidade de vida (IDH) por meio dos coeficientes de correlação e da análise de regressão econométrica. Além disso, lembra-se que as análises consideram o conjunto de 99 países para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019.

4.1. Análise de Correlação Linear

Com os coeficientes de correlação linear apresentados na Tabela 4, busca-se identificar a relação, positiva ou negativa, entre a Transparência Orçamentária e os indicadores fiscais, econômicos e de qualidade de vida.

Tabela 4
Correlação Linear

Transparência Orçamentária	Resultado Primário	Dívida Bruta	PIB <i>per capita</i>	Inflação	IDH
	0,16	0,12	0,32	-0,10	0,50

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se na Tabela 4 que as variáveis PIB e IDH apresentam índices de correlação linear maiores em módulo. Os índices de correlação para Inflação, Resultado Primário e Dívida Bruta indicam baixa relação. E ainda, observou-se correlação positiva entre Transparência Orçamentária e Dívida Bruta, contrário à hipótese feita.

4.2. Regressão Econométrica

Na Tabela 5 são apresentados os resultados da análise de regressão. Foram analisadas 393 observações, que incluem 99 unidades de corte transversal (países) e com comprimento da série temporal de 8 anos, observados apenas nos anos de 2012, 2015, 2017 e 2019.

Os resultados da regressão indicam que há relação estatisticamente significativa entre a Transparência Orçamentária e as variáveis Dívida, Inflação e IDH, uma vez que o p-valor apresentado para tais variáveis é menor que 0,10. As variáveis Dívida e Inflação são

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

significantes a 10% e a variável IDH é significativa a 1%. Verifica-se que as variáveis Dívida e IDH apresentam relação positiva em relação ao IOA e a Inflação, negativa.

Os resultados apresentados permitem inferir que a relação presente entre a Transparência Orçamentária e o IDH é mais sensível do que em relação à Dívida Bruta e à Inflação, uma vez que o aumento no IDH causaria maior variação na Transparência Orçamentária do que aumentos nas variáveis dívida e Inflação. Os resultados podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 5
Resultados da Análise de Regressão

	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	Significância
Const	-12,18	2,77	-4,399	<0,0001	***(1%)
Resultado	0,19	0,13	1,447	0,1486	
Dívida	0,029	0,017	1,688	0,0921	*(10%)
Inflação	-0,0026	0,0014	-1,829	0,0682	*(10%)
IDH	81,61	3,69	22,06	<0,0001	***(1%)
Estatísticas baseadas nos dados ponderados:					
Soma resíd. quadrados	381,35		E.P. da regressão	0,99	
R-quadrado	0,59		R-quadrado ajustado	0,585	
F(5, 336)	139,10		P-valor(F)	1,30e-73	

Fonte: Adaptado conforme resultados obtidos no *Gretl*

Dos dados apresentados na Tabela 5 infere-se que o acréscimo de um ponto percentual na Dívida (mensurada em relação ao PIB) aumenta-se 0,029 unidades em IOA, a cada aumento de um ponto percentual na variável Inflação diminui-se em 0,0026 unidades na variável IOA, e o aumento em 0,01 no IDH aumenta em aproximadamente 0,82 unidades na pontuação IOA.

O valor de R² ajustado que indica que as variáveis incluídas no modelo explicam, aproximadamente, 58,5% a variação ocorrida na variável dependente IOA. A estatística F indica que o modelo apresenta significância estatística para o conjunto de variáveis, já que o p-valor é menor que 0,01.

Foram realizados testes de covariância entre os coeficientes da regressão e os resultados obtidos permitiram verificar que não há covariância entre as variáveis analisadas. Foram realizados testes de normalidade e encontrou-se ausência de distribuição normal dos resíduos.

Na Tabela 6 são apresentados de forma resumida os resultados da análise de correlação linear e da análise de regressão com o objetivo de se discutir as hipóteses feitas.

Tabela 6
Resultados da Relação entre Variáveis

Variáveis	Correlação Linear	Regressão Econométrica
Resultado – IOA	Relação Positiva	(não significativa)
Dívida – IOA	Relação Positiva	Relação Positiva (10%)
PIB – IOA	Relação Positiva	--
Inflação – IOA	Relação Negativa	Relação Negativa (10%)
IDH - IOA	Relação Positiva	Relação Positiva (1%)

Fonte: Elaboração própria



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Analisando os resultados apresentados (Tabelas 4 e 5) e resumidos na Tabela 6, considerando os resultados dos coeficientes de correlação linear, verificou-se relação positiva entre as variáveis Resultado Primário, Dívida Bruta, PIB *per capita* e IDH e a variável Transparência Orçamentária e relação negativa entre Inflação e Transparência Orçamentária.

Na análise de regressão verificou-se que as hipóteses não rejeitadas são 4 e 5, uma vez que somente as variáveis Inflação e IDH apresentaram relações significativas com a regressão e apresentaram coeficiente correspondente à relação esperada entre as variáveis independentes e a dependente. A variável Dívida Bruta, apesar de se apresentar estatisticamente significativa na regressão, indicou relação positiva, diferente da hipótese formulada.

Ao se analisar os resultados da regressão (Tabela 5) e compará-los com os resultados dos estudos revisados, é possível verificar que os resultados aqui encontrados caminham na mesma direção. Ou seja, as hipóteses são verificadas e não rejeitadas pelos resultados encontrados e possuem respaldo nos achados dos estudos revisados no referencial teórico.

Na presente pesquisa observou-se relação positiva entre Transparência Orçamentária e Resultado Primário (Tabela 6). A literatura empírica pesquisada aponta resultados semelhantes onde Alesina et al. (1999) e Filc e Scartascini (2004) verificaram que os resultados fiscais dos países são influenciados pelos procedimentos orçamentários e pelas instituições orçamentárias. Filc e Scartascini (2004) complementam ainda que países com processos orçamentários limitados pelas regras fiscais tendem a apresentar déficits primários mais baixos. Dabla-Norris et al. (2010) apontam em seus achados que instituições orçamentárias com maior significância encontram-se relacionadas ao planejamento e implementação orçamentários e estão voltadas à sustentabilidade, abrangência e Transparência Orçamentária.

Este estudo proporcionou resultados que permitiram verificar a relação positiva entre Transparência Orçamentária e Dívida Bruta (Tabela 6), ou seja, caminha na direção contrária à hipótese estabelecida. Porém, mesmo que os resultados estejam contrários ao esperado, verificou-se que há relação positiva e estatisticamente significativa entre dívida e transparência.

A literatura empírica revisada sugere a existência de relação entre transparência orçamentária e dívida pública. Como observado por Alt et al. (2006) a Transparência Fiscal colabora para melhorar o desempenho fiscal, isto é, que o desequilíbrio fiscal (superávits ou déficits) parece impactar na transparência e vice e versa. Lembra-se que uma situação deficitária implica no financiamento do déficit por meio da elevação do endividamento.

E ainda, Benito et al. (2016) sugere que há influência da Transparência Orçamentária sobre a taxa de juros nos mercados financeiros, impactando em um menor custo da dívida, e consequentemente, colaborando para um menor nível da dívida. Fomina e Vynnychenko (2017) verificaram que a Transparência Orçamentária medida pelo Índice de Orçamento Aberto influencia na redução da dívida pública.

Neste sentido, os resultados desta pesquisa caminham em direção oposta à hipótese estabelecida e aos achados dos autores ora mencionados, uma vez que encontrou-se uma relação positiva entre as variáveis Transparência Orçamentária e Dívida Bruta. Porém, a literatura aponta que há influência de uma variável sobre a outra de maneira inversa, ou seja, quando uma aumenta a outra diminui. Assim, pode-se inferir que um maior nível de Transparência Orçamentária impacta positivamente na gestão fiscal e diminui a Dívida Bruta, uma vez que as taxas são afetadas de maneira inversa. E ainda, observa-se que não foi objeto de estudo a questão de que países com maior Transparência Fiscal poderiam possuir uma maior capacidade de endividamento justamente por apresentar uma gestão fiscal transparente.

Para a variável PIB *per capita* (Tabela 6), os resultados analisados através dos coeficientes de correlação sugerem uma relação positiva com a Transparência Orçamentária. A literatura empírica pesquisada aponta resultados semelhantes, pois, de acordo com os achados



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

de McNab e Wilson (2018) e Cimpoeru e Cimpoeru (2015) há uma relação causal forte entre a Transparência Orçamentária e o PIB *per capita*, onde verificou-se que o PIB *per capita* influencia a Transparência Orçamentária do país e vice-versa. O estudo de Oliveira, Silva e Moraes (2008) colabora com os resultados aqui encontrados, uma vez que, ao analisarem o coeficiente de correlação entre o IOA e o PIB, também encontraram um grau de correlação que permite inferir que, quanto maior o PIB maior será o IOA e vice-versa.

Nesta pesquisa observou-se relação negativa entre Transparência Orçamentária e Inflação (Tabela 6). A literatura científica utilizada mostra resultados semelhantes, pois, conforme mencionado anteriormente, os resultados encontrados por Benito et al. (2016), Montes e Lima (2018) indicam que a Transparência Orçamentária influencia negativamente a taxa de juros no mercado e tal achado aponta para a existência de relação entre a Transparência Orçamentária e a Inflação. Aponta-se, também, os resultados encontrados por Montes e Lima (2018) que verificaram que os resultados mostram que maior Transparência Fiscal gera expectativas de menor Inflação e menor volatilidade nas expectativas de Inflação.

Para o indicador de desenvolvimento humano (IDH) foram encontrados resultados que apontam para a existência de relação positiva com a Transparência Orçamentária. Os achados na literatura empírica pesquisada mostram resultados semelhantes. Conforme Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021) os resultados encontrados permitem inferir que um alto nível de Transparência Orçamentária pode afetar positivamente o desenvolvimento humano. Estes resultados vão ao encontro dos achados de Violeta (2015) que verificou que a Transparência Orçamentária influencia positivamente o Índice de Desenvolvimento Humano dos países.

Os estudos realizados por de Renzio, Gomez e Sheppard (2005) e Fomina e Vynnychenko (2017), Fukuda-Parr et al. (2011) e Faria (2009) corroboram com dados apresentados, onde é possível verificar que a Transparência Orçamentária impacta na qualidade de vida da população, verificada pela variável IDH, e vice-versa.

Os pressupostos da TEP partem da ideia de que as decisões políticas são tomadas conforme regras existentes, destacando-se que tais decisões são realizadas pelos representantes eleitos pela sociedade e esses representantes trabalham considerando sua motivação na tomada de decisões que maximizem a probabilidade de reeleição (Cruz, 2010). Ou seja, conforme já afirmado anteriormente por Arvate (2004), o indivíduo eleito se baseará no comportamento racional e no auto interesse.

De acordo com Cruz (2010), a TEP pode fornecer subsídios para que a sociedade analise o comportamento dos políticos eleitos quanto à divulgação das informações da gestão pública, levando em conta que as informações divulgadas podem influenciar na viabilidade de reeleição. Neste sentido, desde que as escolhas dos políticos sejam tomadas com base na maximização da aplicação dos recursos públicos e tenham maior transparência pública, maiores tendem a ser os resultados fiscais, econômicos e de qualidade de vida da população, uma vez que as decisões tomadas serão embasadas pela probabilidade de sua reeleição.

Sendo assim, com os resultados apresentados pelos coeficientes de correlação linear e na regressão econométrica, entende-se que quanto maior for o índice de Transparência Orçamentária dos países, maiores serão os índices de Resultado Primário, PIB e IDH. Isto é, maior Transparência Orçamentária está relacionada com melhor situação fiscal, maior nível de riqueza e maior qualidade de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo foi analisar a existência de relação entre a Transparência Orçamentária e indicadores de situação fiscal, situação econômica e de qualidade de vida.



Foram analisados dados de 99 países para os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019, abrangendo, portanto, um período de 8 anos. Foram analisadas de forma conjunta as variáveis Transparência Orçamentária, Resultado Primário, Dívida Bruta, PIB, Inflação e IDH.

Para a situação fiscal, os achados sugerem relação positiva entre Transparência Orçamentária e Resultado Primário e Dívida Bruta. Os estudos empíricos revisados também indicam relação positiva entre Transparência Orçamentária e Resultado Primário. Porém, em relação à Dívida Bruta os estudos indicam que uma melhor gestão fiscal associada à maior transparência levaria a menores juros, menores custos da dívida e menor nível de endividamento. Pondera-se, contudo, que a relação positiva encontrada para Dívida Bruta poderia ser explicada pelo fato de um país com maior Transparência Orçamentária teria maior confiança por parte do mercado e, portanto, maior capacidade de endividamento.

Os resultados encontrados relacionados à situação econômica permitem inferir que há relação positiva entre Transparência Orçamentária e PIB *per capita* (apenas pelos coeficientes de correlação) e negativa entre Transparência Orçamentária e Inflação. As relações verificadas entre Transparência Orçamentária e PIB *per capita* e Inflação também foram verificadas na literatura científica analisada. Os achados da presente pesquisa encontram respaldo em estudos empíricos que sugerem que países com maior índice de Transparência Orçamentária tendem a apresentar PIB *per capita* mais elevado e vice-versa e uma maior Transparência Orçamentária tende a estar presente em países com menor Inflação.

Verificando a situação da qualidade de vida da população dos países, através dos resultados encontrados nesta pesquisa, encontraram-se resultados que indicam a existência de relação positiva entre Transparência Orçamentária e IDH. Os resultados apresentados em estudos empíricos que foram analisados nesta pesquisa sugerem que a Transparência Orçamentária tem relação com a qualidade de vida da população de um país, pois há indícios de que quanto maior o nível de Transparência Orçamentária maior será o IDH de um país.

O estudo contribui para o entendimento da importância da Transparência Orçamentária e para a verificação de sua influência sobre a situação fiscal, situação econômica e na qualidade de vida da população de cada país. Os resultados encontrados pela análise dos documentos e dados necessários para a realização deste estudo permitem inferir que há relação entre a Transparência Orçamentária e a situação fiscal e econômica e a qualidade de vida nos países, uma vez que permitiram a não rejeição de algumas hipóteses elaboradas para este estudo.

Verificou-se que foram obtidos resultados que permitiram inferir a existência de relação entre dívida, Inflação e IDH, mas apenas os resultados para Inflação e IDH permitiram não rejeitar as respectivas hipóteses, uma vez que a relação entre dívida e Transparência Orçamentária apresentou resultado divergente do esperado. O estudo possibilitou a verificação da disponibilização dos dados de cada país onde verificou-se que muitos países não têm avaliação do IBP relacionada à Transparência Orçamentária (IOA), o que reduziu a quantidade de países analisados a, aproximadamente, 50% do total. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação do período analisado e, possivelmente, a inclusão de novas variáveis que possam ser relacionadas com a Transparência Orçamentária.

REFERÊNCIAS

- Alesina, A., Hausmann, R., Hommes, R., & Stein, E. (1999). Budget institutions and fiscal performance in Latin America. *Journal of development Economics*, 59(2), 253-273.
Recuperador em 12 de abril de 2020, de <https://dash.harvard.edu/handle/1/4553021>
- Al-Hilani, H. (2012). HDI as a measure of human development: A better index than the income approach. *Journal of Business and Management*, 2(5), 24-28.

- Alt, J. E., Lassen, D. D., & Rose, S. (2006). The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. *IMF Staff papers*, 53(1), 30-57.
- Arbatli, E., & Escolano, J. (2015). Fiscal transparency, fiscal performance and credit ratings. *Fiscal studies*, 36(2), 237-270.
- Arvate, P. (2004). *Economia do setor público no Brasil*. Elsevier Brasil.
- Banco Central do Brasil. (2019). *Manual de Estatísticas Fiscais – 2019*. Recuperado em 26 de janeiro de 2020, de https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/estatisticas-fiscais/estatisticasfiscais.pdf
- Barros Filho, L. C. D., Côrtes, C. A., & Nogueira, J. (2020). Espaço Fiscal e Capacidade de Pagamento: Novo Olhar sobre a Realidade Fiscal dos Estados Brasileiros. *Revista Razão Contábil & Finanças*, 11(1).
- Benito, B., Guillamón, M. D., & Bastida, F. (2016). The impact of transparency on the cost of sovereign debt in times of economic crisis. *Financial Accountability & Management*, 32(3), 309-334.
- Bittencourt, F. (2015). Instituições e teoria orçamentária: pontos para discussão econômica e gerencial. *Brasília, Senado Federal. Consultoria de Orçamentos*.
- Blyberg, A. (2009). O caso da alocação indevida: direitos econômicos e sociais e orçamento público. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), 134-153.
- Boechat, S. R. (2018). *Orçamento por resultados e direito financeiro*. Editora Edgard Blücher.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Recuperado em 22 de agosto de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Buchanan, J. M. (2003). Public choice: The origins and development of a research program. *Champions of Freedom*, 31, 13-32.
- Bueno, E. de P. (2007). O índice de desenvolvimento humano (idh): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. *Boletim Goiano de Geografia*, 27(3), 49-69
- Butler, E. (2012). Public choice-a primer. *Institute of Economic Affairs Occasional Paper*, 147.
- Cimpoeru, M. V., & Cimpoeru, V. (2015). Budgetary transparency—an improving factor for corruption control and economic performance. *Procedia Economics and Finance*, 27, 579-586.
- Crepaldi, S. A.; Crepaldi, G. S. (2013). *Orçamento público: planejamento, elaboração e controle*. Saraiva.
- Cruz, C. F. (2010). *Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros*. 2010. 140 f (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
- Cuadrado-Ballesteros, B., & Bisogno, M. (2021). The relevance of budget transparency for development. *International Review of Administrative Sciences*. 1-18, 2021. DOI: 10.1177/00208523211027525
- Dabla-Norris, E., Allen, R., Zanna, L. F., Prakash, T., Kvintradze, E., Lledo, V., Yackovlev, I., & Gollwitzer, S. (2010). *Budget Institutions and Fiscal Performance in Low-Income Countries*. IMF Working Paper 10/80.
- De Renzio, P., Gomez, P., & Sheppard, J. (2005). Budget transparency and development in resource-dependent countries. *International Social Science Journal*, 57, 57-69.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Flic, G., & Scartascini, C. (2004). Budget Institutions and Fiscal Outcomes—Ten Years of Inquiry on Fiscal Matters at the Research Department Office of Evaluation and Oversight, Inter-American Development Bank. *Inter-American Development Bank*.
- Fundo Monetário Internacional. (n.d.). Fiscal Policies: Fiscal Transparency. Recuperado em 04 de julho de 2021, de <https://www.imf.org/en/Topics/fiscal-policies/fiscal-transparency#Fiscal%20Transparency%20Evaluation>
- Fundo Monetário Internacional. (2020). *Fiscal Policy: Taking and Giving Away*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2022, de <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/fiscpol.htm#:~:text=Fiscal%20policy%20is%20the%20use,sustainable%20growth%20and%20reduce%20poverty>
- Fundo Monetário Internacional. (2018). *Fiscal Transparency Handbook*. Recuperado em 05 de maio de 2020, de <https://www.elibrary.imf.org/view/FMI069/24788-9781484331859/24788-9781484331859/24788-9781484331859.xml?code=fth&language=es>
- Fundo Monetário Internacional. (n.d.). Fiscal Transparency Initiative: Integration of Natural Resource Management Issues. Recuperado em 05 de maio de 2020, de <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2019/01/29/pp122818fiscal-transparency-initiative-integration-of-natural-resource-management-issues>
- Fundo Monetário Internacional. (n.d.). Fiscal Transparency. Recuperado em 05 de maio de 2020, de <https://www.imf.org/external/np/fad/trans/>
- Fundo Monetário Internacional. (n.d.). *World Economic Outlook Database, April 2021*. Recuperado em 12 de julho de 2021, de <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>
- Fomina, J., & Vynnychenko, N. V. (2017). Fiscal transparency: cross-country comparisons. *Business Ethics and Leadership*, 1(2).
- Fukuda-Parr, S., Guyer, P., & Lawson-Remer, T. (2011). Does Budget Transparency Lead to Stronger Human Development Outcomes and Commitments to Economic and Social Rights?. *International Budget Partnerships Working Paper No. 4*. Recuperado em 22 de julho de 2021, de <https://ssrn.com/abstract=2211584>
- Giambiagi, F., & Além, A. C. (2016). *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Campus Editora.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011) *Econometria Básica*. Tradução Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G.L. Rosa; Revisão Técnica Cláudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Júnior, Márcio Antônio Salvato. AMGH.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Painel de Indicadores*. Recuperado em 02 de fevereiro de 2022, de <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>
- International Budget Partnership. *Open Budget Survey – Data Explorer*. Recuperado em 16 de julho de 2021, de <http://survey.internationalbudget.org/#download>
- International Budget Partnership. (2019) *Open Budget Survey 2019*. Recuperado em 04 de julho de 2021, de https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Report_EN.pdf
- Louzano, J. P. D. O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53, 610-627.
- Matias-Pereira, J. (2017) *Finanças Públicas*. GEN-Atlas.
- McNab, R. M., & Wilson, S. D. (2018). Culture matters: what cultural values influence budget transparency?. *Applied Economics*, 50(43), 4593-4605.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Montes, G. C., & Lima, L. L. C. (2018). Effects of fiscal transparency on inflation and inflation expectations: Empirical evidence from developed and developing countries. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 70, 26-37.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020) *Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe 2020*, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9e6d37a1-pt>.
- Oliveira, R. R., Silva, A. M. C. D., & Moraes, M. C. C. D. (2008). Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. *Pensar Contábil*, 10(42).
- Organização Mundial de Saúde. WHOQOL-100. Recuperado em 22 de julho de 2021, de <https://www.who.int/tools/whoqol/whoqol-100>
- Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Recuperado em 26 de janeiro de 2020, de <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>
- Organização das Nações Unidas. UNDP. United Nations Development Programme. Human Development Index (HDI). Recuperado em 16 de julho de 2021, de <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506#>
- Padoveze, C. L., & Francischetti, C. E. (2018) *Planejamento econômico e orçamento: contabilidade integrando estratégia e planejamento orçamentário*. Saraiva.
- Public Expenditure and Financial Accountability. (2019). Framework 2016. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://www.pefa.org/node/119>
- Public Expenditure and Financial Accountability. (2020). Global Report on Public Financial Management. Recuperado em 13 de julho de 2021, de <https://www.pefa.org/global-report-2020/report/global-pfm-performance>
- Premchand, A. (1993). *Public expenditure management*. International Monetary Fund.
- Quirino, C. C. (2018). Irracionalidade do agente público e teoria da escolha pública comportamental: notas sobre um elefante na sala. *Revista Quaestio Iuris*, 11(2), 965-986.
- Santos, M. L. W. D.; Rocha, E. C. (2011). *O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2016) *Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional*. Novembro de 2016. Recuperado em 25 de janeiro de 2020, de <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>
- Stiglitz, J. E. (2000). *Economics of The Public Sector*. W. W. Norton & Company.
- Tourinho, O. A. F., & Brum, A. F. D. O. (2020). Políticas Fiscais para Estabilização da Dívida Pública: uma abordagem de equilíbrio geral aplicada ao Brasil. *Estudos Econômicos*, 50, 5-42.
- Violeta, M. (2015) Increasing Budget Transparency and Control of Corruption – Strategy to Increase Human Development. *International Journal of Business, Humanities and Technology*. 5(4), 44-54. Recuperado em 04 de dezembro de 2021, de http://www.ijbhtnet.com/journals/Vol_5_No_4_August_2015/6.pdf
- Wolf, P. J. W., & Oliveira, G. C. D. (2016). Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. *Economia e Sociedade*, 25(3), 661-694.